



A inclusão é um desafio que se renova a cada dia

(Artigo para publicação no próximo número na Revista Pró Inclusão)

O Percurso do CRI na ASSOL

A ASSOL, Associação de Solidariedade Social de Lafões, é uma IPSS, com sede em Oliveira de Frades, fundada há 25 anos, e que tem como missão promover a inclusão social das pessoas com deficiência e também das pessoas com doença mental incapacitante, residentes na região de Lafões.

Para concretizar a sua missão, recorrendo às diversas políticas públicas, criou apoios adequados às diferentes faixas etárias, procurando assegurar apoios ao longo da vida: Intervenção Precoce na Infância; Apoio à integração escolar, sendo Centro de Recursos para a Inclusão; Formação Profissional; Centro de Atividades Ocupacionais; Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego; Apoios Residenciais e Fórum Socio Ocupacional, este para pessoas com doença mental incapacitante.

Em qualquer uma das unidades, o modelo de atuação da ASSOL pauta-se por uma metodologia de trabalho centrada na participação da pessoa na comunidade, o que significa que procuramos que as pessoas que apoiamos encontrem na comunidade a essência dos apoios que necessitam. A ASSOL sempre entendeu que não deveria criar apoios especiais para que as pessoas *especiais* pudessem viver vidas também especiais mas, em vez disso, procurou criar apoios que permitam às pessoas com limitações acederem ao que existe na sua comunidade.

Desde 1991 que a ASSOL apoia as escolas da região de Lafões, com o objetivo de permitir que os alunos com deficiências, qualquer que sejam as suas limitações, frequentem a escola regular. Atualmente esta é uma realidade consolidada, ou seja, qualquer aluno portador de deficiência matricula-se na escola e é integrado numa turma, tal como os seus pares.

O papel da ASSOL tem sido o de ajudar as escolas a encontrarem os apoios necessários para uma adequada inclusão de todos os alunos.

Articulando os recursos da escola com aqueles que ao longo dos anos a ASSOL conseguiu obter, por via dos acordos de cooperação com o Ministério da Educação, procurou-se desenvolver uma rede de apoios flexível, cujo fim último é proporcionar condições para a plena inclusão, ajudando a alargar o mundo e a realizar os sonhos de cada aluno apoiado.

O apoio a prestar terá de ter sempre como premissa básica que todas as pessoas, com ou sem deficiência, partilham as mesmas necessidades básicas e, por isso, as pessoas com alguma deficiência têm direito a ser ajudadas a satisfazer as suas necessidades humanas fundamentais.

Um apoio voltado para a inclusão exige que sejamos capazes de intervir, ultrapassando um modelo de educação especial ainda herdeiro da tradição médica, baseado num diagnóstico e que ainda vê o aluno com NEE, a partir do ponto de vista da deficiência, valorizando, sobretudo, a sua história anterior, o défice e as necessidades. Este tipo de apoio olha para os serviços disponíveis no momento, sem perspetivar a vida da pessoa em causa a médio e a longo prazo.

Quando a ASSOL começou, em 1991, havia uma grande corrente que defendia que a pessoa com deficiência deveria manter-se em grupos de pessoas com o mesmo tipo de deficiência, limitando a pessoa a centros e programas especializados na deficiência (salas específicas no interior das escolas, por exemplo). De acordo com estes modelos, são os profissionais que detêm o poder de decisão e de intervenção, em função de um diagnóstico e de um currículo a cumprir.

A opção, feita ainda em 1987, de não criar uma escola especial e, em vez disso, lutar por conseguir conceber uma rede de apoios nas escolas, de modo a que todos os alunos pudessem frequentá-la foi já, em si mesmo, um corte com a tradição e um esforço de começar um trabalho com base no paradigma da inclusão.

A ASSOL tem procurado, desde sempre, trabalhar focada nos interesses e nas preferências próprias de cada pessoa, mantendo a expectativa de que todas as pessoas podem e devem usufruir de uma vida “boa”, que vá ao encontro dos seus sonhos e necessidades, sendo que os apoios deverão ser auxílios na construção do futuro almejado pela pessoa e sua família.

Com base neste modelo, procuram-se organizar suportes individualizados, naturais e criativos, reduzindo a dependência do sistema de serviços e localizando o poder e o controlo nas pessoas e na rede de pessoas que a apoiam, nunca nos técnicos. Assim, os apoios são desenhados de acordo com os objetivos e metas da pessoa, tendo

como fim último a inclusão, o desempenho de papéis valorizados e a participação na comunidade.

Este modelo focaliza-se igualmente nas interações e nas relações estabelecidas, quer com o aluno, quer com a família do aluno, pelo que é necessário desenvolver um nível mínimo de relação, a partir do qual o apoio dos técnicos é sentido como benéfico.

Ora, trabalhar nas escolas de acordo com este modelo – centrado no aluno, implica vários fatores: em primeiro lugar que os técnicos que intervêm diretamente neste contexto se sintam preparados para o fazer e partilhem este modo de atuação, como a única metodologia e filosofia possível para uma prática eficaz e com elevados índices de satisfação das pessoas / alunos apoiados. Para que isto seja possível, no caso da ASSOL, existe todo um trabalho de retaguarda que prepara os técnicos para este nível de atuação – formação específica no planeamento centrado na pessoa e suas ferramentas, bem como outras metodologias desenvolvidas pela ASSOL, reuniões de equipa mensais para análise de casos à luz desta metodologia, etc.

Depois, é igualmente fator facilitador o facto de a ASSOL atuar em cinco concelhos onde é já sobejamente conhecido este modo de atuação, partilhado e aceite por todos como a única forma possível de colocar o aluno no centro da intervenção.

Uma das especificidades do CRI é poder assegurar aos profissionais que trabalham com as escolas um enquadramento estratégico e metodológico que torna a sua ação muito mais eficaz ao mesmo tempo que assegura a troca de experiência entre escolas, coisas que profissionais isolados não poderiam fazer.

Um dos contributos do CRI da ASSOL tem sido o de ser um agente ativo na procura de práticas que aumentem as oportunidades dos alunos com NEE viverem incluídos na escola.

A força que resulta de haver um grupo de profissionais, organizados, e que conta com a retaguarda de uma equipa mais alargada, tem sido essencial para que se avance, mesmo quando as políticas educativas sofrem algumas distorções que as tornam, por vezes, discriminatórias e nem sempre suficientemente flexíveis.

Esta dimensão que a ação dos CRI's pode, e na nossa perspetiva deve ter, não tem sido suficientemente apreciada, ou sequer consciencializada, ao nível das políticas e decisões centrais. Embora os apoios se materializem nas ações que adiante se descrevem, esta componente do apoio, ainda que imaterial, é fundamental. Por isso a ASSOL não considera o CRI como uma prestação de serviços às escolas ou aos alunos.

O CRI tem de ser uma ferramenta para conseguir cumprir a missão com que foi fundada: promover a inclusão.

Sabendo-se que a deficiência (ou se preferirmos as NEE) é a diferença entre o que a pessoa consegue fazer e aquilo que a sociedade (neste caso a escola) lhe exige em cada momento da sua vida, torna-se evidente que melhorar o desempenho do aluno exige uma intervenção sobre o funcionamento da escola, para que esta facilite a vida e a participação do aluno, ao mesmo tempo que se ajuda a capacitar o aluno.

A Atividade do CRI da ASSOL

A situação atual é o resultado de um processo iniciado em 1991 e que foi tendo altos e baixos. Um dos momentos baixos aconteceu no início do ano letivo 2013/2014 em que o Ministério da Educação tomou medidas que, na prática, obrigaram a ASSOL a reduzir drasticamente a equipa que assegurava apoio aos agrupamentos.

Durante vários anos, a equipa foi constituída por 2,5 terapeutas da fala, 2 psicólogas, 2 técnicas de TVA e 0,5 de assistente social. Por decisão de alguém em Lisboa fomos obrigados a reduzir essa equipa para 1,7 terapeuta da fala; 1,7 psicóloga e 1 técnica de TVA.

Além desta modificação, o Ministério da Educação impôs um entendimento da intervenção completamente desfasado dos modelos dos apoios para a inclusão e que, sendo benévolos, podemos considerar próprios de um modelo que apenas visa a normalização ou, no limite, a integração.

Com a equipa que sobrou, o CRI da ASSOL apoiou no ano letivo 2013/2014, oito mega agrupamentos, frequentados por um total de 10061 alunos, dos quais 569 com NEE.

O Ministério da Educação fundamentou a atribuição de recursos ao CRI na base de rácios, cujo racional não é para nós claro. Foi-nos dito, numa reunião, que, no máximo, o CRI deveria apoiar 2% dos alunos, pois esse era o standard europeu proposto pela European Agency for Development in Special Needs Education.

Procurando alguma informação junto da European Agency for Development in Special Needs Education (EADSNE), encontrámos um relatório sobre a situação nos vários países e que mostra que alguma coisa ‘não bate certo’.

De modo a melhor compreender a realidade do nosso país e das escolas com que trabalhamos, começámos por analisar os dados relativos a 2012, publicados pela

EADSNE, onde são referidas as taxas de alunos com NEE dos vários países da união europeia, incluindo Portugal.

País	N.º total de alunos	N.º de alunos com NEE	% de alunos com NEE	Alunos educação especial segregada
Áustria	770.762	29.242	3,79	11.615
Bélica (Flamish)	863.334	57.261	6,63	47.712
Bélgica (French)	674.954	32.857	4,86	32.383
Chipre	83.307	5.796	6,95	0
Republica Checa	835.796	72.423	8,66	26.677
Dinamarca	713.041	35.827	5,02	35.822
Estónia	110.854	6.530	5,89	3.370
Finlândia	545.188	45.439	8,33	6.233
França	7.425.038	330.406	4,44	51.994
Alemanha	8.708.531	480.024	5,51	37.7922
Grécia	1.131.901	36.011	3,18	7.861
Hungria	1.434.362	72.439	5,05	31.156
Islândia	42.539	10.338	24,30	136
Irlanda	668.245	39.116	5,85	5.410
Itália	7.278.018	189.563	2,60	1.835
Letónia	167.760	9.726	5,79	6.172
Lituânia	392.922	46.608	11,8	3.864
Luxemburgo	70.690	1.095	1,54	608
Malta	46.947	2.572	5,47	54
Holanda	2.422.852	106.698	4,40	66.085
Noruega	615.973	52.179	8,47	1.881
Polónia	5.308.335	160.846	3,03	91.083
Portugal	1.349.711	43.156	3,19	1.975
Eslováquia	471.006	48.979	10,39	17.995
Eslovénia	162,544	12,000	7,38	2922
Espanha	4.495.188	106.977	2,37	14.910
Suécia	886.487	12.616	1,42	501

Suíça	757.335	37.335	4,92	-
Inglaterra	8.084.950	226.210	2,79	99.330
Irlanda do Norte	276.399	12.891	4,66	3.595
Escócia	615.796	92.031	14,94	6.577
País de Gales	370.157	11.346	3,06	3.005
Total	57.780.922	2.426.517	4,19%	960.683

Quadro 1: Resumo dados publicados pela European Agency for Development in Special Needs Education.

Resumo – Europa

Total de alunos	57.780.922
Total alunos com NEE	2.426.517
% de alunos com NEE	4,19%
Total de alunos com NEE em estruturas segregadas	960.683
% do total de alunos em estruturas segregadas	1,66%
% dos alunos com NEE em estruturas segregadas	39,59%

Quadro 2: Resumo dos dados da Europa

Neste relatório verificamos que a taxa de alunos com NEE nos vários países sofre algumas oscilações, variando entre um mínimo de 1,54% no Luxemburgo e um máximo de 24,3% na Islândia. Em Portugal a taxa é de 3,19% e situa-se, por isso, no espetro das que têm taxas mais baixas.

Estes números mostram que ainda há 1,66% dos alunos educados em escolas segregadas.

Comparativamente com estes números do relatório apresentado, a taxa de alunos com NEE, por agrupamento apoiados pelo CRI da ASSOL (evidenciada no Quadro 3), situa-se em média, nos 5,4%, oscilando entre um mínimo de 4,6% e o máximo de 9,1%.

Agrupamento	N.º Total alunos	N.º alunos com NEE	% de alunos com NEE
Oliveira de Frades	1505	85	5,6%
Campia / Vouzela	782	48	6,1%
Vouzela	433	20	4,6%
S. Pedro do Sul	1644	79	4,8%

Sta Cruz da Trapa	472	43	9,1%
Cândido Figueiredo	1587	100	6,3%
Tomaz Ribeiro	1697	88	5,1%
Castro Daire	1941	106	5,4%
TOTAL	10061	569	5,65%

Quadro 3: Dados relativos aos agrupamentos apoiados pelo CRI da ASSOL.

Agrupamento	Psicologia		Terapia da Fala		TVA
	Avaliados	Acompanhados	Avaliados	Acompanhados	
Oliveira Frades	11	7	7	14	10
Campia /Vouzela	8	21	8	11	11
Vouzela	0	10	2	6	-
S. Pedro do Sul	11	13	1	9	7
Sta C. da Trapa	6	9	0	7	3
Cândido Fig.	20	18	4	15	16
Tomaz Ribeiro	17	14	9	9	7
Castro Daire	6	14	4	13	-
TOTAL	79	106	35	84	54

Quadro 4: Alunos apoiados em psicologia, terapia da fala e TVA.

O Quadro 4 situa parte do trabalho que é desenvolvido pelos técnicos na escola, mostrando que foram realizadas um número elevado de avaliações, pois o número de pedidos é também elevado.

Tivemos orientações do Ministério dizendo que os psicólogos do CRI não devem fazer avaliações, limitando-se a acompanhamentos diretos. Não parece haver forma de cumprir esta orientação, por ser desligada da realidade da nossa região. Não fazendo estas avaliações, não seria possível iniciar qualquer processo de resposta às necessidades de muitos alunos, nem às necessidades das escolas.

Os acompanhamentos individualizados de psicologia e terapia da fala são, efetivamente, o grosso do trabalho realizado, sendo que toda a dinâmica é desenvolvida em parceria com os professores (titular de turma / DT, outros professores de disciplina e professor de educação especial), em conjunto com outros técnicos do CRI, envolvidos

no processo, com a família e sempre que se justifica, com serviços médicos especializados.

Apesar do número muito limitado de horas e da imposição de utilização do tempo em apoios individualizados, inevitavelmente, os técnicos do CRI participam em avaliações especializadas por referência à CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade), reuniões nos agrupamentos (de educação especial, conselhos de turma, reuniões de equipa para avaliar situações ou definir protocolos de intervenção, reuniões com famílias, técnicos dos serviços de saúde, elementos da CPCJ, etc.), assim como, no desenvolvimento de estratégias específicas para cada situação, como por exemplo, a capacitação da família para uma intervenção global centrada no aluno.

Os técnicos colaboraram, também, no Programa Educativo Individual (PEI) de cada aluno, participando na definição de objetivos e estratégias de intervenção facilitadoras e promotoras do desenvolvimento do aluno, que se querem partilhadas com os diferentes agentes educativos.

Também, neste caso, não é possível seguir as orientações que recomendam que os técnicos do CRI só intervenham como os alunos no atendimento direto, sem se relacionar com os docentes ou com os órgãos das escolas. É, para nós, uma evidência que esta relação com os docentes e com a gestão da escola é um dos principais pilares dos apoios.

As orientações do Ministério foram particularmente estranhas, pois além de não considerarem o apoio para a realização de Planos Individuais de Transição (PIT), recomendavam uma modelo de intervenção ao nível da terapia da fala, limitado aos problemas de linguagem oral e de fala, há muito ultrapassado pela evolução da atividade e formação destes profissionais.

O campo de atuação destes técnicos pode ser bastante vasto, uma vez que a sua ação inclui a prevenção, a avaliação e a intervenção junto de alunos com perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita, mas também outras formas de comunicação não-verbal (Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro).

A intervenção dos Terapeutas da Fala, apesar de todas as limitações de tempo, não se restringe aos problemas de linguagem oral e de fala. Se o fizéssemos, muitos alunos com outras perturbações na comunicação humana e na deglutição não seriam apoiados.

No ano lectivo 2013/2014 foram também retirados apoios para o acompanhamento pelo CRI dos PIT, o que se revelou impossível, pois nas escolas da nossa área há, como mostra o quadro 4 um elevado número de alunos que têm PIT, com uma componente de experiência em ambientes naturais de trabalho.

A dimensão destas experiências mostra que não é possível às escolas acompanharem, com eficácia, os seus alunos se não contarem com um recurso externo.

No desenvolvimento dos processos de transição para a vida adulta, procura-se que todos os apoios sejam centrados na comunidade, pelo que é essencial pensar no papel de ligação entre a escola e a comunidade, pois preparar o aluno para ser um adulto autónomo, integrado, independente, implica o seu pleno funcionamento na comunidade, logo, indubitavelmente, o processo de transição só será eficaz quando se desenvolve centrado na comunidade e quando a escola trabalha em parceria com esta.

O Plano Individual de Transição deverá, desde cedo, contemplar as escolhas do jovem e da família e definir, numa perspetiva individualizada, centrada no aluno, o percurso a seguir com vista à sua adequada preparação para a vida pós-escolar. Afigura-se como determinante neste processo de transição o envolvimento do jovem e da família nas decisões para o seu futuro e, em consequência, o respeito pelas suas escolhas, promovendo a sua autodeterminação e o seu envolvimento individual, utilizando, deste modo, um planeamento centrado no aluno em causa.

O CRI tem sido o mediador de todo este processo, considerando que o seu apoio passa por criar oportunidades e apoios que possibilitem ao jovem tomar as suas decisões, exprimir os seus desejos e aprender fazendo, utilizando, para isso, os recursos da comunidade.

A formação realizada por técnicos do CRI para as escolas tem grande importância para que se consiga um maior compromisso da gestão, dos docentes e dos não docentes com práticas inclusivas.

Em 2013/2014 foram realizados, em parceria com o Centro de Formação de Professores de Lafões dois cursos de 25 horas acreditados, para 40 professores, e ainda outras ações de menor dimensão.

Entre os apoios não enquadráveis conta-se o desenvolvimento do material “Conta-me um conto” para desenvolvimento das capacidades de leitura. Os técnicos do CRI criaram este material didático/pedagógico para auxiliar nas sessões de acompanhamento e que também está a ser procurado pelos docentes.

Algumas crenças que nos movem:

A inclusão e o sentimento de pertença a uma comunidade são indispensáveis a uma vida com qualidade.

A ASSOL abraçou como abordagem de intervenção em todos os apoios o Planeamento Centrado na Pessoa, que entre os seus valores básicos assume que a pessoa com alguma deficiência ou limitação tem as mesmas necessidades e direitos de todas as outras, direito que por natureza assiste também aos alunos, enquanto frequentam a escola.

O Planeamento Centrado na Pessoa assume que todas as pessoas, em parceria com a sua família, os seus amigos e os profissionais, conseguem imaginar o seu futuro, fazer escolhas e tomar decisões.

Os apoios devem funcionar como ajudas para que o aluno com NEE possa construir uma visão positiva do seu futuro, em torno da qual se deverão estruturar as intervenções de todos os técnicos, de modo a contribuírem para a criação desse futuro desejado.

A **Auto-determinação** é o resultado da crença de que se alguém tem conhecimento das suas forças, preferências e desafios, e se atua como principal agente causal fazendo escolhas, fixando metas e tomando decisões, as suas aspirações e sonhos podem ser alcançados.

Se o Programa Educativo Individual além das áreas curriculares e de todos os aspetos de funcionalidade necessários ao desenvolvimento integral do aluno para a vida futura, integrar também os seus sonhos e motivações, poderemos dar passos para a inclusão.

Apoios de qualidade preocupam-se com o desenvolvimento da pessoa, a melhoria da escola, a transformação das comunidades em locais mais acolhedores mas procuram também o desenvolvimento de políticas, metodologias e práticas mais inclusivas.

BIBLIOGRAFIA

- Meijer, C.; Soriano, V. & Watkins, A. (2003) *Necessidades Educativas Especiais na Europa*. Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais.
- European Agency for Development in Special Needs Education (2012). *Special Needs Education*.

- Faley, M.; Forest, M.; Pearpoint, J. & Rosenberg, R. (2011). *Toda a Minha Vida É um Círculo*. ASSOL: Edições ASSOL.

Autoria: A ASSOL

Oliveira de Frades, abril de 2014